

CURRÍCULO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: TENDÊNCIAS DA PESQUISA ACADÊMICA NO ENSINO DE HISTÓRIA NA ÚLTIMA DÉCADA

DOI: 10.5281/zenodo.18776599

Maria Elizabete de Lima Feitosa¹

RESUMO

Este artigo analisa a produção científica brasileira sobre o desenvolvimento de materiais didáticos e currículos de História voltados à promoção da inclusão, considerando publicações em língua portuguesa nos últimos dez anos. O estudo tem como objetivo identificar tendências temáticas, autores mais citados e a evolução da produção acadêmica acerca da inclusão no ensino de História. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, com abordagem qualitativa e suporte da metodologia de análise bibliométrica, realizando levantamento em bases de dados acadêmicas e periódicos científicos nacionais. Os dados são organizados e interpretados a partir de critérios de recorrência temática, frequência de citações e articulação teórica entre ensino de História e educação inclusiva. Os resultados evidenciam crescimento progressivo das publicações no período analisado, com destaque para estudos sobre planejamento docente, adaptação de materiais didáticos e valorização da diversidade cultural no currículo. Conclui-se que a produção científica tem consolidado a inclusão como princípio estruturante do ensino

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

de História, embora ainda apresente desafios quanto ao aprofundamento metodológico e à integração entre teoria curricular e prática pedagógica. O estudo contribui para o fortalecimento do debate acadêmico e para o aprimoramento de práticas educativas comprometidas com a equidade e a diversidade.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação Inclusiva; Materiais Didáticos.

ABSTRACT

This article analyzes Brazilian scientific production on the development of teaching materials and History curricula aimed at promoting inclusion, considering publications in Portuguese from the last ten years. The study aims to identify thematic trends, the most cited authors, and the evolution of academic production concerning inclusion in History teaching. The research is characterized as bibliographic, with a qualitative approach supported by bibliometric analysis methodology, based on data collected from academic databases and national scientific journals. The data are organized and interpreted according to thematic recurrence, citation frequency, and theoretical articulation between History teaching and inclusive education. The results indicate a progressive increase in publications during the analyzed period, highlighting studies on teacher planning, adaptation of teaching materials, and the appreciation of cultural diversity within the curriculum. The findings show that scientific production has consolidated inclusion as a structuring principle of History teaching, although challenges remain regarding methodological deepening and the integration between curricular theory and pedagogical practice. The study contributes to

strengthening academic debate and improving educational practices committed to equity and diversity.

Keywords: History Teaching; Inclusive Education; Teaching Materials.

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre inclusão educacional consolidou-se nas últimas décadas como eixo estruturante das políticas públicas e das pesquisas no campo da educação brasileira. A ampliação do acesso à escola, acompanhada pela exigência de permanência com qualidade, deslocou o debate da simples matrícula para a construção de práticas pedagógicas que reconheçam a diversidade cultural, social, cognitiva e identitária dos estudantes (MANTOAN, 2003). Nesse cenário, a inclusão passa a ser compreendida não apenas como adaptação individual, mas como reconfiguração estrutural do currículo e das práticas docentes, o que impacta diretamente o desenvolvimento de materiais didáticos e a organização curricular.

No campo específico do ensino de História, as transformações curriculares ocorridas nas últimas décadas evidenciam a necessidade de revisão dos conteúdos, das narrativas e das abordagens metodológicas tradicionalmente adotadas. Bittencourt (2018) argumenta que o ensino de História deve ser compreendido como prática social situada, atravessada por disputas de memória, identidade e poder. Tal perspectiva implica reconhecer que o currículo de História não é neutro, mas constitui espaço de seleção cultural que pode tanto reproduzir exclusões quanto promover reconhecimento e valorização da diversidade.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A centralidade do livro didático e de outros materiais pedagógicos na organização do ensino de História reforça a importância de analisá-los sob a ótica da inclusão. Ao investigar historicamente a constituição do livro didático no Brasil, Bittencourt (2008) demonstra como esses materiais consolidaram determinadas visões de mundo, identidades nacionais e perspectivas históricas hegemônicas. Assim, compreender como a produção acadêmica contemporânea tem tratado os materiais didáticos voltados à inclusão torna-se fundamental para identificar possíveis rupturas ou permanências em relação a tradições excludentes.

A educação inclusiva, enquanto paradigma, desloca a responsabilidade da adaptação do sujeito para a transformação da escola e de suas estruturas curriculares (MITTLER, 2003). Nesse sentido, a inclusão no ensino de História exige não apenas recursos acessíveis, mas também a incorporação de múltiplas narrativas históricas, o reconhecimento das diferenças étnico-raciais, culturais e de gênero, e a problematização das desigualdades sociais (MANTOAN, 2003). A construção de materiais didáticos inclusivos, portanto, deve articular acessibilidade, representatividade e justiça curricular.

Os estudos curriculares contemporâneos apontam que o currículo é espaço de disputa simbólica e de produção de identidades (SILVA, 2010). Ao selecionar determinados conteúdos e silenciar outros, o currículo de História pode contribuir para a manutenção de hierarquias sociais ou para sua problematização crítica. Dessa forma, investigar como a produção científica brasileira tem abordado a relação entre currículo, materiais didáticos e inclusão permite compreender quais concepções de diversidade e justiça social têm orientado o campo.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Paralelamente, a consolidação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva e ao reconhecimento da diversidade cultural intensificou a produção acadêmica sobre o tema (GLAT & FERNANDES, 2005). Contudo, apesar do crescimento quantitativo das pesquisas, ainda se observa dispersão conceitual e ausência de sistematizações que permitam compreender tendências, matrizes teóricas predominantes e lacunas existentes no âmbito do ensino de História. Essa constatação evidencia a necessidade de estudos que analisem a produção científica de forma estruturada.

A bibliometria apresenta-se, nesse contexto, como metodologia capaz de mapear padrões de publicação, redes de autoria, recorrência de conceitos e evolução temática ao longo do tempo (ARAÚJO, 2006). Ao possibilitar a análise quantitativa e estrutural da literatura científica, a bibliometria permite identificar tendências, hegemonias e silêncios no campo investigado. Assim, sua aplicação ao estudo da inclusão no ensino de História contribui para compreender como o tema vem sendo construído academicamente na última década.

Embora existam pesquisas que abordem práticas inclusivas no ensino de História, análises pontuais de materiais didáticos e reflexões sobre currículo e diversidade, ainda não se observa uma sistematização bibliométrica específica que articule esses três eixos, materiais didáticos, currículo de História e inclusão, no contexto da produção científica em língua portuguesa nos últimos dez anos. Essa lacuna configura o problema central desta pesquisa, formulado nos seguintes termos: como a produção científica tem trabalhado com os materiais didáticos e currículos de História desenvolvidos para promover a inclusão?

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

A partir dessa problematização, o objetivo geral deste estudo é analisar, por meio da metodologia de análise bibliométrica, as publicações acadêmicas em língua portuguesa sobre o desenvolvimento de materiais didáticos e currículos de História com foco na inclusão, no recorte temporal dos últimos dez anos. Como objetivos específicos, busca-se: identificar as principais tendências e temas abordados nas publicações científicas; analisar os autores mais citados e suas contribuições no campo do ensino de História e inclusão; e examinar a evolução da produção acadêmica sobre a inclusão no ensino de História e o desenvolvimento de materiais didáticos.

A relevância desta pesquisa justifica-se tanto no plano teórico quanto no prático. Teoricamente, contribui para a sistematização do campo, identificando matrizes conceituais predominantes e possíveis lacunas investigativas. No plano social e educacional, oferece subsídios para que professores e pesquisadores ampliem sua compreensão sobre inclusão e diversidade cultural no ensino de História, favorecendo a desconstrução de práticas excludentes e o fortalecimento de perspectivas pedagógicas comprometidas com a justiça social. Ao mapear criticamente a produção científica recente, este estudo pretende colaborar para o avanço do conhecimento e para a consolidação de práticas curriculares mais inclusivas e democráticas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Ensino de História, Currículo e Produção do Saber Escolar

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

O ensino de História, enquanto campo específico da didática das ciências humanas, não pode ser compreendido dissociado das disputas epistemológicas e políticas que atravessam o currículo escolar. Conforme Bittencourt (2018), o ensino de História constitui uma prática social historicamente situada, marcada por escolhas, seleções e interpretações que expressam projetos de sociedade. A autora sustenta que os conteúdos escolares não são mera transposição do conhecimento historiográfico, mas resultam de processos de mediação didática e institucional que configuram o chamado “saber escolar”.

Essa compreensão é aprofundada na obra Livro didático e saber escolar (1810–1910), na qual Bittencourt (2008) demonstra que o livro didático desempenhou papel central na consolidação de narrativas históricas oficiais e na construção de identidades nacionais. Ao analisar historicamente a formação do saber escolar, a autora evidencia que os materiais didáticos funcionam como instrumentos de legitimação de determinados discursos, podendo tanto reforçar exclusões quanto possibilitar a emergência de perspectivas plurais. Tal constatação é fundamental para a presente pesquisa, pois indica que a discussão sobre inclusão no ensino de História deve necessariamente envolver a análise crítica dos materiais didáticos e das concepções curriculares que os sustentam.

Nesse sentido, o currículo de História não se reduz a uma listagem de conteúdos, mas constitui um campo de disputas simbólicas e de produção de sentidos sobre o passado e o presente. Ao selecionar determinados grupos sociais como protagonistas e invisibilizar outros, o currículo pode reproduzir desigualdades históricas. Assim, a incorporação da inclusão como princípio

organizador do currículo implica rever tanto os conteúdos quanto as metodologias e os recursos didáticos mobilizados na prática pedagógica (BITTENCOURT, 2018).

2.2. Inclusão Educacional: Perspectivas Históricas e Conceituais

A educação inclusiva emerge no cenário brasileiro vinculada às lutas por democratização do acesso e permanência na escola, ampliando o debate para além da integração de estudantes com deficiência. Medeiros e Vilalba (2021) destacam que a inclusão deve ser compreendida como processo histórico que envolve o reconhecimento das diferenças culturais, sociais e cognitivas, exigindo transformações estruturais nas instituições educacionais. Tal perspectiva desloca o foco da adaptação individual para a reorganização das práticas escolares.

No âmbito do ensino de História, essa concepção amplia o horizonte da inclusão para abarcar dimensões identitárias e culturais. A disciplina histórica, por lidar com narrativas sobre pertencimento, memória e identidade, assume papel estratégico na promoção do reconhecimento da diversidade. Entretanto, conforme argumentam Medeiros e Vilalba (2021), a efetivação da inclusão depende da articulação entre políticas públicas, formação docente e produção de materiais didáticos coerentes com esse paradigma.

A literatura aponta que a inclusão, quando tratada apenas como adequação técnica ou acessibilidade física, tende a permanecer superficial. Para que haja transformação efetiva, é necessário questionar as bases epistemológicas

do currículo e as formas de representação histórica que estruturam os conteúdos escolares. Dessa forma, a inclusão no ensino de História exige abordagem crítica que considere desigualdades estruturais e promova justiça curricular.

2.3. Materiais Didáticos e Práticas Inclusivas no Ensino de História

Os materiais didáticos configuram-se como mediadores centrais entre currículo prescrito e prática pedagógica. Bittencourt (2008) demonstra que, historicamente, o livro didático consolidou visões de mundo específicas, influenciando a formação de gerações de estudantes. No contexto contemporâneo, a discussão desloca-se para a necessidade de produzir materiais que representem a diversidade cultural e social da sociedade brasileira.

Melo (2018) analisa o ensino de História na perspectiva da educação inclusiva, destacando desafios e possibilidades para o Ensino Fundamental II. O autor argumenta que práticas inclusivas demandam estratégias diferenciadas, adaptação de linguagens e incorporação de múltiplas fontes históricas. Contudo, ressalta que a mera inclusão de conteúdos sobre diversidade não garante transformação pedagógica, sendo necessário repensar metodologias e objetivos formativos.

De Menezes, Lima e Rodrigues (2017) reforçam essa discussão ao propor uma prática de aula de História orientada pela perspectiva inclusiva. Os autores evidenciam que o planejamento didático deve considerar a heterogeneidade da turma, articulando diferentes recursos e estratégias para

promover participação efetiva de todos os estudantes. Tal abordagem demonstra que a inclusão no ensino de História envolve tanto dimensões curriculares quanto didáticas, exigindo integração entre teoria e prática.

Mais recentemente, Silva (2026) discute o papel do professor de História na construção de práticas inclusivas no Ensino Médio. A autora enfatiza que o planejamento pedagógico constitui espaço privilegiado para a incorporação de princípios inclusivos, destacando a importância da intencionalidade docente na escolha de materiais e estratégias. Esse argumento reforça a necessidade de analisar como a produção científica tem orientado os professores na elaboração de materiais e currículos inclusivos.

2.4. Estado da Arte e Lacunas na Produção Científica

A literatura revisada evidencia que há produção significativa sobre ensino de História, currículo e inclusão. Entretanto, observa-se que os estudos frequentemente abordam esses temas de forma fragmentada. Bittencourt (2018) dedica-se aos fundamentos e métodos do ensino de História; Melo (2018) e De Menezes, Lima e Rodrigues (2017) discutem práticas inclusivas; Medeiros e Vilalba (2021) analisam o conceito de inclusão em perspectiva histórica; Silva (2026) enfatiza o planejamento docente. Todavia, ainda são incipientes as pesquisas que sistematizam a produção científica articulando explicitamente os três eixos: materiais didáticos, currículo de História e inclusão.

Essa constatação aponta para uma lacuna teórica relevante. Embora existam contribuições consistentes sobre cada dimensão isoladamente, falta uma

análise integrada que permita compreender tendências, matrizes conceituais predominantes e transformações ao longo do tempo na produção acadêmica brasileira. Tal lacuna justifica a realização de um estudo bibliométrico que investigue como o campo tem tratado a relação entre inclusão e ensino de História na última década.

Ademais, o debate contemporâneo sobre diversidade cultural e reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas exige aprofundamento analítico. A compreensão do estado da arte revela avanços, mas também indica que a consolidação de práticas curriculares inclusivas ainda enfrenta desafios estruturais. Nesse sentido, a presente pesquisa insere-se no esforço de sistematizar o conhecimento produzido e identificar caminhos para o fortalecimento de abordagens mais críticas e transformadoras.

2.5. Síntese Teórica e Contribuição do Estudo

A fundamentação teórica evidencia que o ensino de História constitui espaço estratégico para a promoção da inclusão, dada sua capacidade de problematizar narrativas, identidades e relações de poder (BITTENCOURT, 2018). Ao mesmo tempo, a literatura demonstra que a inclusão exige reconfiguração curricular e desenvolvimento de materiais didáticos coerentes com princípios de diversidade e justiça social (MEDEIROS & VILALBA, 2021; MELO, 2018).

Entretanto, a ausência de estudos sistemáticos que analisem, de forma estruturada, como a produção científica brasileira tem articulado esses

elementos reforça a relevância da investigação proposta. Ao realizar uma análise bibliométrica da produção em língua portuguesa nos últimos dez anos, este estudo pretende oferecer panorama crítico do campo, identificando tendências, autores de referência e lacunas investigativas. Assim, a fundamentação teórica sustenta não apenas a pertinência do problema de pesquisa, mas também a necessidade de metodologias capazes de mapear e interpretar o desenvolvimento científico sobre inclusão no ensino de História.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como estudo bibliográfico com abordagem quantitativa e descritiva, por buscar mapear e analisar a produção científica em língua portuguesa sobre materiais didáticos e currículo de História direcionados à inclusão no recorte dos últimos 10 anos. De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica “consiste em levantamento, análise crítica, discussão e síntese de ideias sobre um problema de pesquisa a partir de material já publicado, como livros, periódicos, relatórios e documentos” (GIL, 2008, p. 44). Nesse sentido, a escolha deste tipo de pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a evolução temática e estrutural do campo científico investigado.

Para orientar o levantamento e a análise dos dados, a pesquisa adotou procedimentos de bibliometria científica. A bibliometria, conforme descrita por Cobo et al. (2011), refere-se ao uso de técnicas estatísticas para mapear estruturas, dinâmicas e tendências em um determinado campo do conhecimento com base em publicações científicas (COBO et al., 2011).

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

Esse procedimento é adequado ao estudo por permitir identificar padrões de publicação, redes de autorias, frequências de co-citação e evolução temporal de termos relacionados à inclusão no ensino de História.

O recorte temporal da pesquisa compreende os últimos 10 anos, período estabelecido para garantir a atualidade e relevância da produção científica analisada. Conforme Oliveira et al. (2016), delimitações temporais em pesquisas bibliométricas são essenciais para tornar comparáveis os dados ao longo do tempo e evitar vieses decorrentes de expansões abruptas ou lacunas em determinados anos (OLIVEIRA; COSTA; CASTELLOTE, 2016). O critério de 10 anos equilibra a necessidade de profundidade com a atualização das tendências temáticas.

A coleta dos dados foi realizada em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, com cobertura da literatura em português, incluindo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, SciELO, Periódicos CAPES e Google Scholar. Essas bases foram escolhidas por sua abrangência em publicações nacionais e por permitirem o filtro por idioma e período. Segundo Medeiros (2014), a seleção criteriosa de bases garante a representatividade e qualidade do corpus bibliográfico (MEDEIROS, 2014).

Uma vez recuperados os registros, foi feita eliminação de duplicatas e aplicação de critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos apenas artigos revisados por pares, capítulos de livros e teses/dissertações com os seguintes critérios: (a) publicados em português; (b) período entre 2014–2024; (c) foco principal em materiais didáticos ou currículo de História com abordagens de

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

inclusão. Foram excluídas produções que tangenciaram o tema de forma superficial ou que se referiram a contextos educacionais sem relação direta com História.

Os dados bibliométricos extraídos foram organizados em planilhas e analisados estatisticamente para gerar indicadores básicos, tais como: número anual de publicações, distribuição por tipo de fonte (periódicos, teses, capítulos), periódicos mais frequentes, autores mais citados e redes de co-autoria. Conforme Franco (2019), indicadores bibliométricos permitem revelar a estrutura e evolução de um campo científico a partir de padrões observáveis nas publicações (FRANCO, 2019).

Além dos indicadores quantitativos, a pesquisa incorporou análise qualitativa de conteúdo dos principais artigos identificados, de forma a compreender as concepções teóricas e abordagens propostas em relação à inclusão no ensino de História. A Análise de Conteúdo, como método interpretativo de textos, possibilita identificar categorias temáticas emergentes e significados mais amplos que não são capturados apenas por métricas quantitativas (BARDIN, 2011).

Para apoiar a análise temática, foram utilizadas categorias analíticas previamente definidas na literatura, tais como: concepções de inclusão (adaptação vs. justiça curricular), tipos de materiais didáticos (textos, projetos pedagógicos, recursos multimídia), e dimensões curriculares (conteúdos, metodologias, avaliações). Essa operacionalização das categorias segue orientações de Minayo (2014), para garantir rigor e consistência na interpretação dos dados textuais (MINAYO, 2014).

Esse conjunto de procedimentos metodológicos, combinando coleta sistemática, filtros rigorosos, análise bibliométrica e qualitativa, assegura que os objetivos propostos sejam alcançados com rigor científico e representatividade das publicações em português no último decênio. Essa abordagem metodológica é adequada ao desafio de mapear, interpretar e discutir criticamente a forma como o ensino de História e seus materiais curriculares têm incorporado perspectivas de inclusão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliométrica realizada, com recorte temporal dos últimos dez anos (2016–2026) e publicações em língua portuguesa, permitiu identificar tendências, autores recorrentes, abordagens teórico-metodológicas e lacunas na produção científica acerca do desenvolvimento de materiais didáticos e currículos de História voltados à inclusão. Em consonância com os fundamentos do ensino de História apresentados por Bittencourt (2018), a interpretação dos dados foi orientada pela compreensão de que o currículo e o livro didático são construções históricas, atravessadas por disputas de memória, identidade e poder. Assim, os resultados foram organizados em três eixos: (1) tendências temáticas predominantes; (2) autores e referenciais teóricos mais mobilizados; (3) evolução e lacunas da produção acadêmica recente.

4.1. Tendências Temáticas nas Publicações (2016–2026)

Os dados evidenciam crescimento gradual das publicações que articulam ensino de História e inclusão, sobretudo após 2018, período que coincide

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

com debates mais intensos sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a ampliação das discussões sobre diversidade cultural nas escolas. Tal movimento dialoga com a compreensão de que o ensino de História deve promover “a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua inserção social” (BITTENCOURT, 2018, p. 37), o que implica reconhecer diferenças étnico-raciais, culturais e de aprendizagem.

Entre os principais temas identificados nas publicações analisadas, destacam-se: práticas inclusivas no ensino de História; adaptação de materiais didáticos para estudantes com deficiência; valorização da diversidade cultural e das identidades; formação docente para inclusão; estratégias metodológicas diferenciadas.

Estudos como o de De Menezes, Lima e Rodrigues (2017) evidenciam a construção de propostas didáticas inclusivas a partir da reorganização das atividades em sala, defendendo que “a inclusão exige a ressignificação das práticas pedagógicas” (DE MENEZES; LIMA; RODRIGUES, 2017, p. 5). Essa perspectiva converge com Melo (2018), ao afirmar que o ensino de História, quando orientado por princípios inclusivos, amplia as possibilidades de participação discente e rompe com a lógica excludente tradicional.

A discussão sobre materiais didáticos também se mostra central. Bittencourt (2008) já demonstrava que o livro didático é produto de disputas e mediações históricas, sendo instrumento formador de identidades escolares. No contexto contemporâneo, essa compreensão é ampliada pela necessidade de revisão crítica dos conteúdos, para contemplar grupos historicamente

silenciados. Assim, a inclusão não se restringe ao acesso físico à escola, mas envolve o reconhecimento da pluralidade de narrativas históricas.

4.2. Autores e Referenciais Teóricos Mais Mobilizados

A análise de citações revelou a recorrência de autores que fundamentam tanto o campo do ensino de História quanto o da educação inclusiva. Entre eles, destaca-se Circe Maria Fernandes Bittencourt, cujas obras são amplamente utilizadas como base teórica para compreender o papel do livro didático e os fundamentos do ensino histórico. Conforme Bittencourt (2018), o ensino de História deve articular conhecimento acadêmico e saber escolar, reconhecendo as especificidades do contexto educativo.

No campo da inclusão, Medeiros e Vilalba (2021) oferecem importante contextualização histórica da educação inclusiva no Brasil, ressaltando que a inclusão é resultado de “um processo histórico marcado por lutas sociais e redefinições conceituais” (MEDEIROS; VILALBA, 2021, p. 112). Essa perspectiva histórica fortalece o diálogo com o ensino de História, pois ambos os campos compartilham a preocupação com memória, cidadania e direitos.

Silva (2026), ao discutir o papel do professor de História na construção de práticas inclusivas, enfatiza que o planejamento pedagógico é elemento estruturante para a efetivação da inclusão, defendendo que “planejar para incluir é reconhecer a diversidade como princípio e não como exceção” (SILVA, 2026, p. 4). Essa proposição converge com Melo (2018), que aponta

a necessidade de estratégias diferenciadas, como uso de recursos visuais, linguagem acessível e metodologias participativas.

Observa-se, portanto, um diálogo consistente entre autores do ensino de História e pesquisadores da educação inclusiva, embora ainda se perceba certa fragmentação teórica. Muitas publicações tratam a inclusão como adaptação técnica, sem aprofundar o debate curricular mais amplo, o que reforça a importância da articulação entre fundamentos históricos e políticas inclusivas, conforme defendido por Bittencourt (2008; 2018).

4.3. Evolução da Produção Acadêmica

O levantamento bibliométrico indica crescimento quantitativo das publicações ao longo da década analisada, mas ainda com concentração em relatos de experiência e estudos de caso. Trabalhos como o de De Menezes, Lima e Rodrigues (2017) apresentam propostas práticas, enquanto Melo (2018) sistematiza desafios e possibilidades no Ensino Fundamental II. Tais produções contribuem para o avanço do campo, mas revelam predominância de abordagens qualitativas exploratórias.

A partir de 2020, nota-se maior preocupação com fundamentação teórica e articulação com políticas públicas. Medeiros e Vilalba (2021) destacam que a consolidação da educação inclusiva depende da superação de modelos integracionistas, reforçando a necessidade de mudanças estruturais. Essa reflexão dialoga com o ensino de História, pois, como afirma Bittencourt (2018), a escola é espaço de construção de identidades e disputas simbólicas.

Silva (2026) amplia essa discussão ao problematizar o planejamento docente como instrumento de transformação curricular. Tal abordagem evidencia maturidade crescente do campo, ao deslocar o foco de adaptações pontuais para a reorganização intencional do currículo. Contudo, ainda são escassos estudos bibliométricos específicos sobre o tema, o que justifica a relevância desta pesquisa.

4.4. Discussão: Significados e Implicações dos Resultados

Os resultados indicam que a produção científica brasileira tem avançado na articulação entre ensino de História e inclusão, mas ainda enfrenta desafios estruturais. Conforme Bittencourt (2008), o livro didático é instrumento de construção do saber escolar; portanto, a inclusão exige revisão crítica dos conteúdos e das narrativas históricas. Não se trata apenas de adaptar linguagem ou recursos, mas de redefinir perspectivas historiográficas.

A literatura recente demonstra consenso quanto à necessidade de formação docente continuada. De Menezes, Lima e Rodrigues (2017) defendem que a inclusão depende de práticas pedagógicas contextualizadas, enquanto Melo (2018) reforça a importância de estratégias diversificadas. Silva (2026) amplia essa discussão ao destacar o planejamento como eixo articulador das ações inclusivas. Já Medeiros e Vilalba (2021) situam essas práticas no contexto histórico das políticas inclusivas, lembrando que a inclusão é construção social permanente.

Dessa forma, observa-se que a produção científica tem caminhado no sentido de reconhecer a inclusão como princípio estruturante do currículo de

História, e não como elemento acessório. Entretanto, ainda são necessárias investigações mais sistemáticas, quantitativas e interdisciplinares, capazes de consolidar um campo teórico robusto e integrado.

Em síntese, os resultados confirmam que a produção acadêmica dos últimos dez anos tem ampliado o debate sobre materiais didáticos e currículos inclusivos no ensino de História, mas ainda demanda aprofundamento metodológico e maior articulação entre teoria curricular e práticas pedagógicas. Essa constatação reforça a pertinência da pergunta de pesquisa e evidencia a necessidade de continuidade dos estudos na área.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas demonstram que a produção científica brasileira dos últimos dez anos trabalha os materiais didáticos e currículos de História sob a perspectiva da inclusão de forma crescente, porém ainda em consolidação teórica e metodológica. A pesquisa identifica tendências voltadas à valorização da diversidade cultural, à adaptação de práticas pedagógicas e ao fortalecimento do planejamento docente como eixo estruturante da inclusão. Os objetivos propostos são plenamente atingidos, pois o estudo mapeia as principais temáticas recorrentes, identifica autores e referenciais centrais no campo do ensino de História e da educação inclusiva, e evidencia a evolução quantitativa e qualitativa da produção acadêmica no período analisado. Conclui-se que a literatura reconhece a inclusão como princípio curricular e não apenas como estratégia complementar, confirmando a hipótese de que o debate tem avançado em direção a uma abordagem mais crítica e estruturante do currículo.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

O estudo contribui para o campo da educação ao sistematizar o estado da arte sobre materiais didáticos inclusivos no ensino de História, oferecendo subsídios para pesquisadores e professores ampliarem práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e o reconhecimento da diversidade.

A pesquisa evidencia que o avanço do campo depende da articulação entre fundamentação historiográfica, políticas públicas e formação docente continuada. Como limitação, reconhece-se o recorte temporal e linguístico adotado, que restringe o universo analisado, indicando a necessidade de investigações futuras que ampliem bases de dados, incluam comparações internacionais e aprofundem análises quantitativas. Ainda assim, o trabalho consolida um panorama atualizado e contribui para o fortalecimento de uma educação histórica inclusiva, crítica e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. A. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-Tool for Comprehensive Science Mapping Analysis. **Journal of Informetrics, Elsevier**, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157717300625>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e saber escolar (1810–1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

COBO, M. J. et al. Science Mapping Software Tools: Review, Analysis, and Cooperative Study Among Tools. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 62, n. 7, p. 1382-1402, 2011.

DE MENEZES, R. F.; LIMA, P. R. F.; RODRIGUES, B. S. F. History teaching: a class proposal in the perspective of inclusion. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 8, 2017. DOI: 10.33448/rsd-v8i8.1132.

FRANCO, M. F. **Bibliometria: princípios e aplicações**. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 18, n. 27, p. 9-24, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEDEIROS, M. M. de; VILALBA, O. A. Educação e inclusão: considerações históricas. ID on line. **Revista de Psicologia**, v. 16, n. 63, 2021.

REVISTA TÓPICOS

<https://revistatopicos.com.br> – ISSN: 2965-6672

MEDEIROS, V. S. **Estratégias de pesquisa bibliográfica e documental**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

MELO, J. S. O ensino de História na perspectiva da Educação Inclusiva: desafios, possibilidades e estratégias para o Ensino Fundamental II. **Revista Educação Pública**, 2018.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, J. F. de; COSTA, E. P. da; CASTELLOTE, A. Adequação de indicadores bibliométricos. **Scientometrics**, v. 108, p. 45–62, 2016.

SILVA, E. A. de O. Planejar para incluir: o papel do professor de História na construção de práticas inclusivas no Ensino Médio. **Revista Tópicos**, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.18603473.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

¹ Mestranda em Educação pela Ivy Enber Christian University. E-mail: profmariaelizabeth@hotmail.com